

DEMOGRAFIA E ECONOMIA NUMA REGLÃO DISTANTE DOS CENTROS DINÂMICOS: UMA CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE A ESCRAVIDÃO EM UNIDADES EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS

Dora Isabel Paiva da Costa

Mestre em História pela UNICAMP

RESUMO

Este artigo examina a presença da mão-de-obra escrava nas unidades exportadoras e não-exportadoras e no mercado local de compra e venda de cativos no município de Bananeiras, província da Parayba do Norte. Nossa estratégia foi segmentar a população de proprietários e de escravos em setores econômicos e em plantéis de diversos tamanhos. Em seguida, quantificar as trocas de cativos por meio do comércio local de compra e venda com o objetivo de saber em que medida houve a transferência destes entre exportadores e não-exportadores.

PALAVRAS-CHAVE

escravidão, demografia escrava, história demográfica, posse de escravos

ABSTRACT

This paper studies the presence of slave labor in export and non-export farms and in the local market for bondsmen in Bananeiras, a county in the "agreste" region of Parayba do Norte province. We have subdivided the populations of slaveholders and bondsmen according to economic sector (sugar-cane, cotton and manioc/cattle raising units) and size of slave holding (small, medium and large) in order to quantify the buying and selling of bondsmen in local commercial activities. The aim of this paper is to know to what extent bondsmen were transferred from non-export to export units and vice-versa.

KEY WORDS

slavery, demography, historical demography, slaveholding

A historiografia, ao focalizar a história econômica do Nordeste durante o período colonial e imperial, enfatiza a produção de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco para exportação com o emprego de mão-de-obra escrava. A idéia da presença da *plantation*¹ escravista ainda é uma imagem muito forte nestes estudos onde Bahia e Pernambuco concentram a maior parte das investigações.

A província da Paraíba é uma região pouco estudada, especialmente no que diz respeito à área do agreste durante os últimos anos da escravidão. Como a Zona da Mata concentrou a maior parte da produção de cana, os poucos estudos realizados se concentraram nesta região. O presente estudo investiga o município de Bananeiras, pertencente à região Agreste, e insere-se na discussão sobre a utilização de escravos na produção de gêneros para exportação, tais como o açúcar e o algodão e, concomitantemente, na produção de mandioca e de gado, atividades caracterizadas por baixos índices de mercantilização e uma limitada divisão social do trabalho.

O presente artigo investiga o papel da mão-de-obra escrava nos últimos anos da instituição servil em plantios e culturas diversas, num contexto em que a proporção de escravos na população total era relativamente pequena, quando comparada com esta mesma população em províncias como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, buscamos entender a utilização da força de trabalho cativa nas lavouras voltadas para exportação (cana e algodão) e para o abastecimento das populações locais (mandioca e gado).

A origem desta problemática associa-se a um debate recente na historiografia econômica brasileira. Dois pólos, ou duas tendências, concentram os argumentos principais desta discussão: Roberto Martins e Amilcar Martins Filho,² com o seu trabalho sobre Minas Gerais no século dezanove, gerador da polêmica, no qual argumentam que a grande população escrava mineira teria sido importada graças à importância isolada da produção e consumo de bens trocados nos mercados locais;

1. O conceito *plantation* é entendido tradicionalmente a partir de critérios formulados por ULRICH (1929, p. 339). De acordo com este estudo eram consideradas *plantations* as fazendas com 20 escravos ou mais que exigiam o emprego de um supervisor.

2. MARTINS & MARTINS FILHO (1983). Veja também a resposta em MARTINS & MARTINS FILHO (1984). Há também uma versão publicada em português (MARTINS, 1983). Mais recentemente Roberto Martins publicou novas estimativas que confirmam a conclusão de que Minas foi um expressivo importador de escravos enquanto durou o tráfico. (MARTINS, 1984)

e Robert Slenes,³ discordando dos referidos autores, argumenta que a grande população escrava mineira teria sido importada graças à articulação da produção voltada para exportação com a produção voltada para os mercados locais.

Stuart Schwartz (1983) e Hebe Maria Mattos de Castro⁴ discutem o grau de concentração e difusão da mão-de-obra escrava nos diversos tipos de cultivos, e constituem-se em referências importantes para testar as hipóteses de maior complexidade social e econômica na qual pequenos e grandes proprietários escravistas desenvolviam diferentes atividades produtivas voltadas ou não para exportação.

Gavin Wright⁵ elaborou um modelo mediante o qual pode-se entender o significado do papel da mão-de-obra escrava ligado a cultivos voltados ou não para o mercado. Usaremos este modelo para testar as hipóteses centrais do debate acima mencionado.

A ESCRAVIDÃO NUMA ECONOMIA NÃO-EXPORTADORA? A POLÊMICA, OS ARGUMENTOS E OS COMENTÁRIOS

Martins e Martins Filho (1983) chegaram a conclusões instigantes que se confrontam com a visão tradicional da historiografia e que enfatiza a associação entre trabalho escravo e produtos de exportação. Os Martins argumentam que Minas Gerais, durante o século dezanove, seguiu e importou uma grande população escrava graças à produção e ao consumo de bens trocados nos mercados locais. Além disto, afirmam que Minas, ao contrário do que se costuma afirmar, não exportou escravos, mas importou-os, devido à sua economia peculiar, diversificada e não orientada para a exportação. Mostram que os setores

3. SLENES (1985a). Saiu também uma versão em inglês (SLENES, 1983). Veja também sua tréplica (SLENES, 1985b, p. 39-80).

4. CASTRO (1988, p. 32-46). Veja também CASTRO (1987). Neste último, aborda-se um amplo segmento de produtores escravistas de café e mandioca que dirigiam seus produtos para o mercado interno.

5. WRIGHT (1978). Veja especialmente o capítulo 3: *The Microeconomics of Plantation and Farm*, p. 43-89.

minerador, cafeeiro e têxtil eram muito pequenos em relação à economia provincial e pouco empregadores de mão-de-obra servil. O setor cafeeiro exportador é visto a partir do conceito **enclave**,⁶ e não teria promovido impactos consideráveis na economia da província como um todo, não podendo explicar a sobrevivência e o crescimento daquela população. Caracterizam a economia mineira como não-constituída por *plantations* nem orientada para a exportação: auto-suficiência, diversificação e isolamento dos mercados externos seriam os traços peculiares da economia mineira durante o século XIX. Finalmente, explicam que a sobrevivência da escravidão em Minas deveu-se não à existência de *plantations*, pois elas inexisiam, mas à razão formulada por Wakefield⁷: a existência de terras livres (fronteiras abertas).

Slenes, escrevendo comentários sobre o surpreendente artigo dos Martins, produziu uma réplica (1985a) e uma tréplica (1985b). Na réplica, aponta vários pontos críticos importantes no trabalho dos Martins, tais como: cifras de entradas de escravos africanos em Minas, o valor calculado das exportações, o contrabando, e as ligações entre o setor exportador e o setor de produção para o consumo interno. Este último, a nosso ver, constitui-se no aspecto de maior peso e de maior importância, porém difícil de ser documentado empiricamente. Na tréplica, reafirma e demonstra, por meio de dados sobre valor *per capita* das exportações, que o setor exportador mineiro não era tão fraco nem insignificante, apesar de ter apresentado um declínio gradual, e se constituía no centro dinâmico da economia. Insiste que o setor exportador não pode ser visto desarticulado do setor de produção de mantimentos e afirma: “*baseando-se em dados de exportações de gêneros alimentícios - especialmente de mantimentos como milho, feijão e arroz, (...), a economia escravista de Minas, no fundo, fazia parte do complexo cafeeiro.*” Os Martins contestam isto com o argumento de que Slenes advoga um modelo simples de “divisão regional do trabalho”. Na verdade, contudo, a produção

6. Os MARTINS afirmam: “*We argue that the Mineiro coffee plantations’ being essentially an export enclave, with very limited, if any, impact on the provincial economy, cannot explain the survival and growth of the slave system of the province.*”(MARTINS & MARTINS FILHO, 1983, p. 539). Depreende-se do contexto acima que o conceito de enclave possui um significado no qual o território caracteriza-se por não possuir relações com as áreas circunvizinhas, exceto pela relação de exportação com outras regiões distantes.

7. WAKEFIELD (1969). Este trabalho foi escrito em 1849 e aborda a experiência inglesa da colonização na Austrália. Os Martins também se apóiam nas formulações teóricas de NIEBOER (1900) e em DOMAR (1970).

escravista de milho parece ter se associado à demanda dos produtores escravistas de porcos, cuja produção era destinada ao abastecimento do mercado da cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao argumento que os Martins usam acerca da existência de terras livres (fator Wakefield), ele responde afirmando que Minas se constituía em regra e não em exceção, pois o resto do Brasil também apresentava um relativamente fácil acesso ao uso do solo.

Wright (1978) desenvolve um modelo no qual a mão-de-obra escrava está associada aos cultivos de alto e baixo grau de mercantilização, o qual utilizamos para testar as hipóteses acima referidas. Nele, a *plantation* e a propriedade camponesa (*farm*) aparecem associadas à oferta elástica de terras acessíveis. A oferta do fator trabalho é vista como elástica para a expansão das *plantations* escravistas. Tal situação não ocorria nas propriedades camponesas familiares onde a oferta deste fator possuía características de maior inelasticidade. A diferença fundamental entre as *plantations* escravistas e as propriedades camponesas familiares residia na escolha dos cultivos, direcionados ou não para o mercado. Wright explica os motivos: os riscos que a pequena produção familiar corria eram muito grandes quando tal unidade voltava-se para a produção direcionada à troca de gêneros mercantis, cujas características se ligavam a objetivos de longo prazo. Importava, sobretudo, para este tipo de unidade familiar assegurar a auto-subsistência a curto prazo e, eventualmente, colocar seus excedentes no mercado. A presença de escravos representaria, neste contexto, uma tendência que caracterizaria um maior grau de inserção no processo de produção voltada especialmente para o mercado. A não-presença de escravos, por outro lado, configuraria uma certa propensão à produção camponesa familiar. Dito de outro modo: a maior presença de escravos em um dado sistema agrário configuraria uma produção voltada essencialmente para o mercado. Por outro lado, quanto menor a presença de escravos maior a propensão à produção familiar, esta, fundamentalmente, voltada para os mercados locais de curta distância.

Julgamos da maior importância para o estudo do caso brasileiro, em particular da região por nós focalizada, a utilização do modelo desenvolvido por Wright. Se pensamos na variável terras na região investigada, e para o Brasil como um todo, o acesso a este tipo de propriedade ficou muito mais restrito a partir da Lei de Terras de 1850.⁸ Porém, o acesso à posse, ou ao uso do solo, tinha configurações diferenciadas. Categorias como moradores, agregados, parceiros,

8. DEAN (1971). Veja também COSTA (1979, p. 127-148).

arrendatários indicam a relativa facilidade com que grupos expropriados experimentaram o acesso ao uso da terra. A variável trabalho, nesta região, também possui semelhanças com o modelo de Wright. Havia uma certa inelasticidade deste fator no que diz respeito às possibilidades do pequeno proprietário, do morador, do agregado, lidando com cultivos de mantimentos e com cultivos de algodão e de cana em pequena escala, expandirem sua produção para além da utilização da mão-de-obra familiar. Neste sentido, a presença ou a não-presença de cativos pode configurar um certo grau de inserção das unidades agrícolas na produção orientada para o mercado. Os donos de *plantations*, ou ainda os grandes proprietários, apesar de sofrerem também restrições em relação à aquisição ou à arregimentação de mão-de-obra, especialmente em momentos de bons preços de seus produtos no mercado internacional, podiam, por meio de várias estratégias, atrair um certo contingente da força de trabalho nas fases de expansão da produção. Dentre as várias estratégias possíveis havia, por exemplo, a cessão de partes de terras aos grupos de moradores e agregados para estes produzirem a subsistência familiar e, periodicamente, trabalhar para este mesmo grande proprietário.

Francisco V. Luna e Wilson Cano⁹ argumentam que o pequeno grau de mercantilização da economia mineira não teria permitido a importação de uma grande leva de escravos africanos, e apontam fatores naturais - balanço positivo entre nascimentos e mortes - como o fato explicativo para o crescimento daquela população. Slenes¹⁰ discorda desta explicação e sustenta que não só os Martins, mas também Luna e Cano minimizam o papel do setor exportador e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só teriam permitido um grande tráfico de cativos, como também teriam se constituído no centro dinâmico, produzindo efeitos multiplicadores para o conjunto da economia.

9. LUNA & CANO (1983). Veja, também, GUTIÉRREZ (1987). Este autor, estudando o Paraná, notou um equilíbrio entre os sexos, baixa idade mediana da população e elevada magnitude de crianças escravas, indicando que a reprodução natural pode ter tido peso significativo.

10. SLENES (1985b, p. 9). Com relação ao setor de exportação e seus efeitos, veja LIBBY (1991). O autor mostra a significativa presença de mulheres livres e escravas na produção doméstica de têxteis na fase de proto-industrialização de Minas, e concorda com Slenes em relação ao importante papel da indústria têxtil doméstica mineira, e com Luna e Cano em relação à importância dos fatores naturais para o crescimento da população escrava.

Douglas Libby e Clotilde Paiva¹¹ demonstram que a reprodução natural dos escravos em algumas regiões de Minas foi positiva e que o tamanho da posse não era uma variável importante, em termos de padrões reprodutivos,¹² mas, pelo contrário, a reprodução tinha se tornado um fator de grande importância, determinando o tamanho da posse de escravos.

James Irwin (1988), em sua pesquisa sobre Virgínia nos E.U.A no século XIX, mostra evidências que sugerem que os estereótipos quanto à escravidão de *plantations* do Novo Mundo devem ser repensados e, sob este ângulo, fornece munção ao ímpeto revisionista da análise que os Martins apresentam para a província mineira do século XIX. De fato, seu quadro sobre padrões de produção de acordo com os tamanhos de plantéis das unidades produtivas mostra que os índices de participação das fazendas que produziam trigo aumentavam à medida que aumentava o número de escravos nestas unidades. De modo contrário, surpreendentemente, as fazendas livres (sem escravos) tiveram os menores índices de participação na produção de trigo, apesar das visões correntes de que o trigo era uma cultura associada ao trabalho livre.

FONTES E METODOLOGIA

A fonte principal deste artigo constitui-se na coleção completa de inventários *post-mortem* da comarca de Bananeiras, município situado numa área de transição entre a Zona da Mata e o sertão da província da Paraíba; é também denominado de brejo por apresentar um grau relativamente alto de umidade. Bananeiras foi transformada em vila em 1833 e em comarca em 1857. Possuía então dois termos: Bananeiras e Araruna. Foram levantados 447 peças até o ano de 1888. Escrituras de compra e venda de cativos foram coletadas dos Livros de Notas; relatórios de presidentes da província e o censo de 1872 também foram usados. Partimos da hipótese delineada há algum tempo pelo prof. Peter Eisenberg¹³ segundo a qual

11. LIBBY & PAIVA (1993). Veja também: PAIVA & KLEIN (1992), que sugerem que a taxa de crescimento natural de escravos nativos poderia ser positiva.

12. Veja COSTA, SLENES & SCHWARTZ (1987). Os autores apontam a existência de relações familiares entre 53% da massa escrava, e notam a predominância das famílias “regularmente” constituídas nos grandes plantéis. Veja também GUTIERREZ (1988, p. 184), que aponta que “no processo de reposição e ampliação dos plantéis, a via da compra de cativos tinha incidência maior nos plantéis pequenos do que naqueles conformados por um maior número de pessoas”, o que sugere que a reprodução natural tinha um peso pequeno nos pequenos plantéis.

13. Cf. EISENBERG (1977, especialmente a parte II, p. 145-251). Cf. também ANDRADE (1980, p. 80-92).

a transição da mão-de-obra escrava em direção ao trabalho “livre”, no Nordeste, já vinha ocorrendo há muito tempo, antes mesmo da extinção do tráfico de negros. Portanto, definimos o recorte no momento da fundação da vila - 1833 -, prolongando até 1888. Desta forma, tendo como suposto tal hipótese, investigamos as articulações escravos/cultivos para exportação e escravos/cultivos de gêneros alimentícios ligados ao abastecimento das populações.

A eleição do município de Bananeiras para investigação deveu-se às suas principais características. Tratava-se de uma região voltada para a produção de cultivos ligados ao comércio de longa distância (exportação) e de cultivos ligados ao comércio de curta distância (mercados locais e regionais). O sentido da ocupação deste território esteve ligado originalmente a terras doadas para a criação de gado e cultivos de lavouras para a manutenção das populações.¹⁴ Constatamos este sentido da ocupação a partir da leitura de 1.138 cartas de doação de sesmarias nos “*Apostamentos para a História Territorial da Parahyba*”, do jurista e historiador João de Lyra Tavares (1982, p. 771). As primeiras doações aconteceram por volta do início do século XVIII e, já no final deste, há menção de doações de terras para fins de implantação de engenhocas. Só a partir da década de 1850 aparecem na documentação cartorária os registros de equipamentos mais aperfeiçoados de engenhos de ferro com caldeiras e alambiques. As descarçadoras de algodão já estão presentes desde o final do século XVIII e, já no início deste, designações como “creações de gados *vaccum* e *cavallar* e plantações de lavouras e roças” são muito frequentes, confirmando o sentido da ocupação desta parte do território paraibano. (TAVARES, 1982, p. 711)

Para fazer esta trajetória concebemos, a partir da análise sistemática da documentação, uma classificação dos produtores em três categorias ou setores econômicos: a primeira, refere-se aos lavradores de cana e senhores de engenho; a segunda, aos lavradores de algodão; e a terceira, aos lavradores de mandioca e criadores. Ao pensarmos tal hierarquia consideramos que os indivíduos seriam ligados a tais atividades mesmo se deixassem explícitos indícios nos inventários *post-mortem* de que tais lavouras não eram plantadas de forma exclusiva. Por exemplo: ao aparecer um inventário onde existe uma declaração de propriedade de um engenho de moer cana, mais um engenho de moer algodão, casa de farinha e centenas de cabeças de gado optamos por presumir que este inventário pertencia a um senhor de engenho. De modo análogo, se noutro inventário

14. JOFFILY (1978). A primeira edição é de 1892, p. 199-200.

aparece um engenho de descarregar algodão e uma casa de farinha optamos por classificá-lo enquanto cultivador de algodão, e desprezamos, para efeito de classificação, a atividade de cultivo de mandioca. Os lavradores de mandioca e criadores foram assim classificados por desenvolverem estas atividades de forma exclusiva. Em geral, possuíam as terras e patrimônios menos valorizados, muito embora, em conjunto, constituíssem uma camada de inventariados que proporcionalmente detinham a maior proporção de cativos (36%); individualmente, eram os mais pobres dentre aqueles que deixaram inventários. Podemos, pois, afirmar que diversificar a produção, neste contexto, era sinônimo de riqueza e de mobilidade de alocação de fatores de produção, o que colocaria a unidade produtiva numa situação de menor risco e de aquisição de maiores taxas de lucro.¹⁵

Utilizamos a designação **grupos** para examinar a situação dos indivíduos em relação à propriedade escrava. Assim, concebemos os seguintes grupos: primeiro, dos não-proprietários de escravos;¹⁶ segundo, dos donos de pequenos plantéis possuidores de 1 a 3 escravos; terceiro, dos donos de médios plantéis possuidores de 4 a 9 escravos; e quarto, dos donos de grandes plantéis possuidores de mais de 10 escravos. Muito embora a historiografia clássica estabeleça um limite mínimo de 20 escravos para o conceito *plantation*, a região pesquisada se distancia deste padrão. Tal fato nos obrigou a chamar de grandes plantéis aqueles senhores que possuíam mais de 10 escravos. Para termos uma imagem mais exata da situação das dimensões dos grandes plantéis, dos 17 senhores de engenhos donos de grandes plantéis (\geq a 10 cativos), apenas 4 possuíam mais de 20 cativos e, dentre estes, apenas 1 atingiu a cifra de 32. Na classe dos lavradores de algodão, 10 possuíam grandes plantéis, e apenas 3 declararam mais de 20, sendo 1

15. Muito embora o leitor possa observar que tal classificação relativiza um pouco a divisão por setores produtivos, dando um caráter transetorial aos inventários, a argumentação geral deste artigo não fica prejudicada, pois mesmo entre os senhores de engenho donos de grandes plantéis o número médio de cabeças de gado ficou em 65, e apenas 14 inventários (31% dos 46 inventários da classe dos senhores de engenho e lavradores de cana) possuíam mais de 100 cabeças, as quais não atingiam a cifra de duas centenas. Por outro lado, os criadores e lavradores de mandioca donos de grandes plantéis possuíam uma média de 106 cabeças por inventário. Caso o leitor queira conferir a dimensão exata e o perfil destas unidades produtivas, sugerimos a consulta de nossa dissertação de mestrado, na qual escrutinamos, inventário por inventário, cada maquinismo de moer cana, algodão e mandioca, bem como cada cabeça de gado por espécie, setor produtivo e tamanho de plantel. Veja especialmente, p. 100, 104, 105, 142, 144, 192, 195, 196.

16. Vale lembrar que o universo dos não-proprietários de escravos está subdimensionado, pois muitos outros sequer atingiam um valor mínimo de bens do qual pudessem fazer inventários.

possuidor de 33 escravos, um outro 21, e finalmente o terceiro, 20. Na classe dos lavradores de mandioca e criadores, apenas 5 apresentaram mais de 10 escravos e só um declarou possuir mais de 20, isto é, 28.

DEMOGRAFIA E ECONOMIA DAS POPULAÇÕES ESCRAVA E “LIVRE”

Nesta seção apresentaremos dados alusivos às estruturas demográfica e econômica com o objetivo de testar as hipóteses do debate dos Martins x Slenes.

Na Tabela 1 examinaremos, a partir dos setores econômicos ligados à cana, ao algodão, ao cultivo de mandioca e à criação de gado, a presença, em números absolutos e relativos, de escravos, focalizando os plantéis de diversos tamanhos.

TABELA 1
LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA^a POR TAMANHOS DE PLANTÉIS E POR SETORES ECONÔMICOS NOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*, 1830-1888, COMARCA DE BANANEIRAS, PB

Setores ^b Econômicos	Pequenos Plantéis		Médios Plantéis		Grandes Plantéis		Totais por Setores ^c	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Cana	15	5	69	14	301	53	385	29
Algodão	69	25	213	44	183	32	465	35
Gado/mandioca	196	70	199	42	86	15	481	36
Totais	280	100	481	100	570	100	1.331	100

Notas: a - Total da população escrava escrutinada.

b - Os setores econômicos referem-se aos lavradores de mandioca e criadores, lavradores de algodão e lavradores de cana e senhores de engenho.

c - Refere-se às somas setoriais.

Fonte: 269 inventários *post-mortem* de indivíduos proprietários de escravos. A coleta foi realizada nos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios da comarca de Bananeiras.

O escrutínio da população escrava por tamanhos de plantéis e por setores da vida econômica nos revelou aspectos interessantes: a distribuição desta população mostrou-se bastante semelhante entre os três setores. Todavia, ao agregarmos os dois setores de maior grau de mercantilização (algodão + cana), constatamos que a maior parte desta população (64%) esteve vivendo sob um

regime econômico voltado para exportação. A outra parte da população escrava (36%) estava ligada ao cultivo de mandioca e criação de gado em pequena escala. É notável, entretanto, a distribuição relativamente semelhante da população escrava em relação aos três setores. Tais resultados, entretanto, não surpreendem, pois em estudo anterior Galiza havia identificado a presença de escravos na região pecuarista do sertão paraibano. (GALIZA, 1979, p. 76-110)

Outro aspecto importante é o grau de concentração da população escrava em relação aos tamanhos de plantéis e aos setores econômicos. No setor canavieiro, por exemplo, a maioria dos escravos (53%) vivia em grandes plantéis. No setor algodoeiro, quase a metade (44%) vivia em plantéis de tamanho médio. No setor ligado ao cultivo da mandioca e ao criatório, 70% viviam em pequenos plantéis. Este resultado corrobora o trabalho de Schwartz (1987, p. 265), que demonstra que o grau de concentração da propriedade escrava tendia a aumentar à medida que as paróquias se especializavam na produção de açúcar, e a diminuir quando a cana aparece associada ao cultivo da mandioca. Costa e Luna também observaram esta mesma tendência em 10 municípios paulistas no início do século dezanove: o significado do papel desempenhado pela atividade açucareira foi marcante em relação à participação dos senhores com mais de 10 cativos, contrastando com outras atividades onde havia o predomínio maciço dos proprietários que detinham 5 ou menos cativos. (COSTA & LUNA, 1983; LUNA, 1986, p. 157-171)

Vejamos agora a tabela a seguir, onde se demonstra tendência semelhante aos resultados colhidos pelos estudos acima relacionados.

TABELA 2
LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*
POR SETORES ECONÔMICOS ENTRE OS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS,
1830-1888, COMARCA DE BANANEIRAS, PB

Setores Econômicos	Número de inventários	Distribuição por setor(%)	Número médio de escravos/inventário	Total de escravos no setor
Cana	40	15	9,6	385
Algodão	79	29	5,8	465
Gado e mandioca	150	56	3,2	485

Fonte: 269 inventários *post-mortem* dos grupos de proprietários de escravos existentes nos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios na comarca de Bananeiras.

A Tabela 2 apresenta o número absoluto e relativo de inventários por setores produtivos, bem como o número médio de escravos encontrados nos inventários por setor econômico.

Mais da metade (56%) dos proprietários de escravos da região estavam relacionados com a criação de gado e a produção de mandioca; a média da presença escrava neste setor foi de 3,2 escravos por inventário. A segunda maior cifra em relação à presença de inventários por setor produtivo (29%) foi de proprietários ligados à atividade algodoeira e a participação média de escravos por inventário foi de 5,8. A presença de produtores ligados à atividade de cultivo da cana-de-açúcar ficou em torno de 15% e a presença média de cativos por inventário foi 9,6.

Nos dados colhidos por Schwartz (1988, p. 356-376) na Bahia colonial nas freguesias de Jaguaripe e Maragogipe, regiões onde se cultivava a mandioca, a média observada de escravos por proprietário foi de 4,5. Na região do Sertão, onde se plantava mandioca e se criava gado, a média foi de 5,2 cativos por proprietário. Na região do Recôncavo, cujo cultivo era a cana-de-açúcar e mandioca, a média foi de 6,6, sendo que em outra parte do Recôncavo, onde só se cultivava a cana-de-açúcar, esta foi de 11,7.¹⁷ Se compararmos estes dados com os nossos, descritos acima, veremos que são compatíveis. Podemos, pois, afirmar que talvez este padrão tenha se mantido em boa parte dos municípios com características econômicas semelhantes.

Por outro lado, a estrutura ocupacional das paróquias do Recôncavo Baiano, à época do censo de 1816-17, mostra uma região voltada essencialmente para a produção de açúcar: 29,2% dos indivíduos recenseados foram classificados como senhores de engenho e lavradores de cana, enquanto apenas 8,8% deles foram classificados como plantadores de mandioca e donos de sítio ou fazenda. Na região de Bananeiras apenas 15% dos inventariados eram proprietários de escravos e estavam ligados à produção da cana. Enquanto isto, 29% dos proprietários escravistas estavam cultivando algodão e outros 56% estavam ligados às atividades do cultivo da mandioca e à pecuária, a julgar pela estrutura patrimonial dos mesmos. Tal estrutura relaciona-se com o sentido da ocupação

17. SCHWARTZ (1988, p.359). Na Tabela 52 o autor está utilizando como fonte o recenseamento de 1788 onde o arrolamento foi feito por domicílio. Portanto, o número médio de escravos é dado por chefe de domicílio.

da terra. Na Bahia, a região apontada no estudo de Schwartz foi ocupada primordialmente por unidades que produziam cana para transformação em açúcar. A região do agreste paraibano foi ocupada por unidades agrícolas voltadas fundamentalmente para a produção de alimentos. Apenas em meados do século passado apareceram, em maior quantidade, unidades produtoras de cana e açúcar.

TABELA 3
FREQUÊNCIA DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E NÃO-PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS ENTRE AS DIVERSAS CLASSES DE PRODUTORES: 1830-1888 (EM PORCENTAGEM), COMARCA DE BANANEIRAS, PB

Lavradores de cana e senhores de engenho	10,0 %
Não-proprietários de escravos	1,2 %
Donos de pequenos plantéis	1,8 %
Donos de médios plantéis	3,0 %
Donos de grandes plantéis	4,0 %
Lavradores de algodão	26,0 %
Não-proprietários de escravos	8,0 %
Donos de pequenos plantéis	8,0 %
Donos de médios plantéis	7,8 %
Donos de grandes plantéis	2,2 %
Lavradores de mandioca e criadores	64,0 %
Não-proprietários de escravos	31,0 %
Donos de pequenos plantéis	24,0 %
Donos de médios plantéis	8,0 %
Donos de grandes plantéis	1,0 %
Todas as classes de produtores	100,0 %

Fonte: 447 inventários *post-mortem* coletados nos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios da comarca de Bananeiras.

Analisaremos, a seguir, as classes dos lavradores de cana e senhores de engenho, depois a dos lavradores de algodão e, por último, a dos lavradores de mandioca e criadores. Queremos chamar a atenção para três aspectos da tabela acima no que diz respeito aos lavradores de cana e senhores de engenho.

O primeiro, refere-se à porcentagem global da população que se dedicava ao cultivo e/ou processamento da cana. Na região de Bananeiras, em torno de 10% (1,2 + 1,8 + 3,0 + 4,0 = 10%) dos inventariados exerciam alguma função ligada à cana.

Em números absolutos, existiam 46 patrimônios ligados à cana, dos quais 6 não possuíam escravos (1,2% do total), 8 eram donos de pequenos plantéis (1,8%), 13 eram donos de plantéis de tamanho médio (3,0%) e 19 de grandes plantéis (4,0%).

O segundo aspecto refere-se à associação de duas variáveis: a propriedade e não-propriedade do trabalho servil relativamente ao tamanho dos plantéis e ao cultivo de cana.¹⁸ Pode-se observar uma tendência ascendente na associação da utilização do trabalho escravo com a frequência das unidades produtivas ligadas à cana. Ou seja, à medida que o tamanho dos plantéis vai aumentando a frequência de plantadores de cana também aumenta.

O terceiro aspecto diz respeito às magnitudes (cifras) encontradas. Pensa-se, geralmente, em grandes plantéis de escravos trabalhando nas lavouras da cana quando se associa estas idéias ao Nordeste colonial e até imperial. Para os cronistas, viajantes e historiadores, Nordeste é quase sempre pensado a partir do Recôncavo Baiano e da Zona da Mata sul de Pernambuco. Mesmo os estudos mais atuais concentram-se naquelas regiões, mudando-se, no máximo, o período abordado (o século dezenove). O que encontramos é uma situação bastante diversa do que habitualmente estamos acostumados a ver, ou seja, uma porcentagem relevante de senhores operando seus engenhos com reduzidíssimos plantéis, sendo que alguns não possuíam um escravo sequer. Vera Ferlini, trabalhando com a Bahia colonial, particularmente com o engenho Sergipe do Conde, estipula uma média de 80 escravos para os plantéis em relação aos senhores de engenhos e 20 para os lavradores de cana. (FERLINI, 1988, p.102-236)

Vamos nos deter na análise da classe dos lavradores de algodão. Gostaríamos de chamar a atenção sobre dois aspectos da Tabela 3: primeiro, observa-se que 26% de todos os inventários da região estavam ligados à atividade da cultura do algodão; segundo, que ao examinarmos a relação entre a não-propriedade e a propriedade de cativos a partir da variável tamanho de plantéis, no que se refere aos plantadores de algodão, observa-se que à medida que o tamanho dos plantéis vai aumentando a frequência dos inventários vai diminuindo. A frequência maior ficou por conta dos proprietários de cativos em conjunto, a saber: $8,0\% + 7,8\% + 2,2\% = 18\%$. Portanto, uma fração muito maior dos inventariantes (18%) era de donos de cativos e desenvolviam atividades ligadas à cultura do algodoeiro e à criação em pequena

18. A discrepância nesta Tabela 3 em relação à Tabela 2 no tocante ao número porcentual de patrimônios ligados à produção de cana está relacionada com o fato de que na primeira só foram contabilizados os inventários declarantes de escravos e, na segunda, ambos: os declarantes e não-declarantes de cativos.

escala. A fração restante (8,0%) era formada por indivíduos que não dispunham de mão-de-obra cativa. Em outras palavras, se examinarmos o grau da presença da mão-de-obra escrava observaremos que a frequência de inventários foi declinante à medida que a presença de cativos aumentava. Qual o significado desta evidência? Grandes plantéis de cativos nunca estiveram presentes nos cultivos de algodão no Brasil, mesmo nos períodos de maiores facilidades para aquisição deste tipo de mão-de-obra, à exceção, provavelmente, da região do Maranhão. A cana foi sempre uma lavoura que exigia muitos braços negros, conforme mostrado nas Tabelas 1 e 2, o que não é o caso da região ora estudada, muito embora o padrão associativo destas variáveis seja crescente no setor canavieiro desta região do Agreste .

As razões para a utilização em menor grau da força de trabalho servil nas lavouras de algodão podem ser explicadas pelo fato da mesma ter sido menos rentável do que a cana, exceto em momentos excepcionais, como, por exemplo, o da guerra de Secessão nos E.U.A. Outras características permitem entender melhor este aspecto: 1) a preparação dos terrenos, a semeadura, as limpas e as colheitas eram mais simples do que as relativas à cana. A colheita assim como o processo de descaroçamento e de prensagem podiam ser executados até por crianças; ¹⁹ 2) solos não muito férteis, inclusive capoeiras, até áreas utilizadas no passado para as lavouras mais exigentes, podiam ser aproveitados para o algodão. Isto significa que uma parcela mais modesta da população, detentora de terras menos férteis e mais longínquas, poderia lavrá-las; 3) o algodão, depois de colhido, poderia ser estocado sem perder sua qualidade, ao contrário da cana; 4) o fato deste tipo de lavoura aceitar outras culturas intercaladas (SCHMIDT, 1976, p. 149), especialmente o milho, o que facilitava o acesso a este tipo de cultivo por camadas mais pobres, contrastando com as possibilidades da cana. Associar culturas de auto-subsistência a outra que possibilitasse uma renda monetária maior pode ter sido uma estratégia de camadas mais modestas desta população.

Passar-se-á, agora, a analisar a classe dos lavradores de mandioca e criadores. Esta categoria diz respeito aos indivíduos que freqüentemente exerciam estas duas atividades econômicas, de maneira simultânea ou exclusiva. Merecem destaque ainda dois aspectos da Tabela 3:

Primeiro, que 64% dos inventários apresentaram características de lavradores de mandioca e criadores, sendo que destes 31% não se constituíram em proprietários de escravos, enquanto 24% eram donos de pequenos plantéis, 8,0%

19. SCHMIDT (1958). Veja também do mesmo autor: *Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais*, 1976.

de médios plantéis e 1,0% eram donos de grandes plantéis. A maior parte da população que deixou espólios nesta região e neste período se constituía de lavradores de mandioca e criadores, sendo que 33% eram proprietários de escravos contra outros 31% não-proprietários. É notável a participação dos lavradores de mandioca e criadores no rol dos titulares de inventários proprietários de mão-de-obra escrava.

Segundo, a existência de relação entre a freqüência da propriedade escrava e os tamanhos dos plantéis, isto é, à medida que estes últimos aumentavam a freqüência da propriedade diminuía.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS ESCRAVOS COMPRADOS E
VENDIDOS EM RELAÇÃO AOS TAMANHOS DE PLANTÉIS, À
ESTRUTURA DE POSSE E À DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO CATIVA,
COMARCA DE BANANEIRAS, PB

Tamanhos de Plantéis	Comprados %	Vendidos %	Estrutura de posse %	Distribuição da população cativa %
Peq/Médios	55,2	69,4	87,3	57,2
Grandes	44,8	30,6	12,7	42,8
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Para a confecção desta tabela foi realizado um cruzamento das escrituras de compra e venda de escravos com um arquivo de nomes dos proprietários inventariados.²⁰

É necessário observar que 87,3% da posse da população escrava era constituída por donos de pequenos e médios plantéis e 12,7% por donos de grandes plantéis. Do ponto de vista da distribuição da população cativa, 57,2% viviam nos pequenos e médios plantéis e 42,8% nos grandes plantéis .

20. Vale ressaltar, contudo, que o tamanho dos plantéis se refere à época da abertura dos inventários e não à época da compra e venda, cuja situação é impossível de ser reconstituída, pois ainda não foram localizadas, se é que existem, as Listas Nominativas para a província da Parahyba. As escrituras de compra e venda de escravos foram localizadas no arquivo do cartório do segundo ofício, não existindo no arquivo do cartório do primeiro ofício. Motivado por irregularidades, o juiz corregedor, nas primeiras décadas deste século, mudou a designação do cartório de primeiro para o de segundo ofício. As séries coletadas correspondem aos anos 1860/61, 1865/67, 1867/77, 1876/79, 1879/84 e 1884/90. O critério estabelecido para o levantamento aleatório definiu-se pela coleta das escrituras apenas nas folhas de números ímpares, sendo expurgadas as pares. Para maiores detalhes consulte ainda as Tabelas 1 e 2 do capítulo 1, a Tabela 4 e as notas 16 e 17 do capítulo 5 de nossa dissertação de mestrado.

O que importa perceber da Tabela 4 é o contraste entre pequenos/médios e os grandes no sistema de compra e venda de cativos na região, associando-os à estrutura de posse de escravos e à distribuição desta população. Algumas conclusões podem ser extraídas da referida tabela: a primeira, é que o grupo dos donos de pequenos e médios plantéis participou muito mais da atividade de venda (69,4%) do que da atividade de compra (55,2 %); a segunda, é que o grupo dos donos dos grandes plantéis participou muito mais da atividade de compra (44,8%) do que da atividade de venda (30,6%); a terceira, que é um corolário das duas anteriores, é que se observa uma transferência líquida dos escravos oriundos dos pequenos e médios plantéis em direção aos grandes.²¹

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DOS ESCRAVOS COMPRADOS E VENDIDOS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES DOS CULTIVADORES, À ESTRUTURA DE POSSE DOS CATIVOS E À DISTRIBUIÇÃO DESTA POPULAÇÃO POR SETORES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA, ENTRE OS ANOS 1860-1888, COMARCA DE BANANEIRAS, PB

Atividades doss cultivadores	Comprados %	Vendidos %	Estrutura de posse %	Distribuição da população %
Plantadores de cana	42	49	15	29
Não-plantadores de cana	58	51	85	71
	100	100	100	100

Fonte: Para confecção desta tabela foi realizado um cruzamento das escrituras de compra e venda de escravos com um arquivo de nomes de proprietários inventariados.²²

21. Veja GUTIÉRREZ (1988), que mostra que a compra se dava em sentido contrário, isto é, os pequenos proprietários compravam cativos para ampliar seus plantéis. Veja também COSTA & NOZOE (1989, p. 319-320, 332-333), os quais, analisando a estrutura de posse e inúmeras variáveis, demonstram, entre outros resultados, a “*alta participação relativa de proprietários com pequeno número de cativos*”, “*expressivo peso relativo dos escravos possuídos pelos proprietários de porte médio ou grande*”, “*modesta presença no mercado de compra e venda de escravos dos detentores de plantéis maiores*”, e “*marcante presença feminina nas transações de venda*” de cativos. Ver também SLENES (1976, p. 120-178).

22. As observações da nota 19 são válidas também para a metodologia desta tabela. Para maiores detalhes, consulte as Tabelas 3 e 4 do capítulo 1 e Tabela 6 do capítulo 5 de nossa dissertação de mestrado.

Do ponto de vista da atividade de compra de cativos, observou-se que 58% dos escravos comprados eram oriundos dos plantéis de não-plantadores de cana, enquanto que 42% provinham dos plantéis de plantadores.

No que diz respeito à atividade de venda de cativos, 51% dos cativos vendidos eram oriundos dos não-plantadores de cana, enquanto que 49% provinham dos plantadores.

Pode-se, pois, concluir que houve uma transferência líquida da mão-de-obra cativa dos não-plantadores de cana em direção aos plantadores. É importante notar que embora 15% da estrutura de posse da população escrava estivesse nas mãos dos plantadores de cana e detivessem apenas 29% desta população, os plantadores de cana dinamizaram ativamente o comércio local e apresentaram índices altos de participação neste mercado.

CONCLUSÕES

Os resultados da Tabela 1 mostram que apesar da população escrava ter estado distribuída de maneira homogênea entre os setores ligados à cana, ao algodão e à mandioca e gado a concentração desta população tendia a aumentar em direção aos maiores plantéis à medida que se aproximava da produção de cultivos destinados aos mercados de longa distância (isto é, externo).

Observou-se, na Tabela 2, que não obstante a maior parte dos patrimônios estarem ligados ao cultivo da mandioca e à criação de gado (56%), em segundo lugar ao cultivo do algodão (29%) e por último, à cana (15%), o número médio de escravos por inventário ligados a tais setores tendia a aumentar à medida que se associavam à produção de cultivos direcionados à longa distância (exportação).

Na Tabela 3 procurou-se demonstrar a relação de três variáveis: a frequência da propriedade da mão-de-obra escrava por tamanhos de plantéis e por setores produtivos. Notou-se dois pontos importantes, a saber: primeiro, que a frequência desta mão-de-obra tendia a aumentar à medida que o tamanho dos plantéis aumentava no setor com maior grau de comercialização (canavieiro); segundo, que a relação destas duas variáveis apresentou-se invertida nos setores ligados

aos mercados mais próximos e locais (isto é, o algodão, a mandioca e o gado). Ou seja, à medida que o tamanho dos plantéis aumentava a frequência da propriedade desta mão-de-obra diminuía.

Analisando as transferências locais (mercado de escravos), nas Tabelas 4 e 5, entre os diversos produtores e grupos possuidores de escravos observamos que os donos dos grandes plantéis e os plantadores de cana participaram, agregadamente, da maior fatia da compra de cativos, contrastando com a participação dos donos dos pequenos e médios plantéis e dos não-plantadores de cana, que participaram da menor fatia. Do ponto de vista da venda de cativos, os donos de pequenos e médios plantéis juntamente com os não-plantadores de cana participaram, em conjunto, de uma fração maior do que os donos de grandes plantéis e os plantadores de cana.

Concluimos, pois, que houve uma transferência líquida da mão-de-obra cativa pertencente aos não-plantadores de cana e aos donos de pequenos e médios plantéis em direção aos plantadores de cana e donos de grandes plantéis. No que tange ao tráfico de escravos intraprovincial (ou melhor, intracomarca), podemos afirmar que houve uma tendência à realização de transferências de escravos das unidades não-exportadoras e pequenas rumo às unidades exportadoras e maiores.²³

* * *

Os Martins (1983), ao explicar a grande população cativa mineira, argumentam que o setor produtor de gêneros alimentícios (mantimentos), voltado para os mercados locais, teria atraído aquela população. SLENES (1983, 1985a, 1985b), entre outros argumentos (aqui enfatizaremos aquele que julgamos o mais importante e que diz respeito ao *modelo de articulações entre os setores econômicos*), afirma que os setores agroexportador (o café), o minerador e o têxtil, juntos, e seus efeitos multiplicadores internos à economia mineira, geraram renda suficiente para a compra de tantos cativos.

23. TOPLIN (1972) enfatizou a idéia de que as lavouras açucareiras teriam sido severamente afetadas com o comércio de escravos; GALLOWAY (1971) argumentou que os proprietários de escravos donos de pequenos plantéis teriam sido os primeiros a vender seus cativos aos plantadores do eixo Centro-Sul. Ver também SLENES (1976, p. 120-233).

O modelo desenvolvido por Wright (1978), no qual é descrita uma oferta elástica de terras e uma oferta inelástica de trabalho, apresenta elementos para se pensar a realidade por nós estudada. No caso da região de Bananeiras, a oferta de terras nesse momento apresentava-se definida por um acesso à terra para boa parte da população.²⁴ Categorias tais como morador, agregado, parceiro, foreiro, arrendatário, cambão etc não só aparecem na documentação compulsada como também é reiterada pela historiografia que trata da região. Esta diversificada e complexa terminologia exemplifica as formas diferenciadas de subordinação do trabalhador livre aos proprietários de terras (isto é, formas de acesso às terras).²⁵

No modelo por nós esboçado para o caso de Bananeiras observou-se: 1) a existência de uma frequência crescente de maiores plantéis à medida que estes encontravam-se associados ao cultivo de cana; 2) a existência de uma frequência decrescente de maiores plantéis associados às atividades ligadas ao algodão (voltado para exportação), à mandioca e ao gado. Ao contrário do modelo de Wright, no qual a presença de maiores plantéis está associada aos cultivos com alto grau de mercantilização, e apesar da especificidade da lavoura de algodão de Bananeiras estar voltada para exportação, e estranhamente inserida num contexto onde a presença de maiores plantéis assume uma tendência decrescente, pode-se entender as características desta produção mediante o perfil dos produtores de algodão da região - a classe dos lavradores de algodão. O plantio, neste contexto particular, foi vivenciado por pequenos proprietários e produtores, uma vez que: 1) não demandava capitais avultados para seu cultivo e podia ser desenvolvido por um trabalho familiar; 2) a prática do cultivo consorciado garantia, por meio do plantio de lavouras de subsistência, a base para a reprodução da força de trabalho familiar e de agregados, podendo ser desenvolvida também por lavradores pobres. (FERNANDES, 1991, p. 23)

24. Veja: COSTA, Emília (1979, p. 127-147). Veja também: DEAN (1971, p. 606-625), que dá ênfase no processo de concentração da propriedade de terras. Os dois autores, contudo, não abordam o problema do acesso à terra mediante figuras como moradores, foreiros, agregados, arrendatários, parceiros etc.

25. Já nas primeiras décadas do séc. XIX TOLLENARE (1976, p. 95-97) estimava que 95% da população livre era composta por agregados às propriedades na parte sul da zona da mata pernambucana. Cf. também ANDRADE (1983, p. 77) e EISENBERG (1977, p. 201-225). Os registros paroquiais de terras não foram ainda localizados para esta região, fato que dificultou a quantificação de formas de acesso às terras, e os inventários *post-mortem* são omissos nesta questão.

Wright conclui que a presença de cativos naquelas circunstâncias representaria uma tendência em direção à agricultura comercial. Os nossos dados apontam nesta direção, mostrando uma associação positiva da presença de maiores plantéis em relação à frequência dos patrimônios que apresentaram produção de cana-de-açúcar. Os patrimônios cujos traços fundamentais caracterizavam seus titulares enquanto lavradores de algodão apresentaram um padrão declinante de frequência à medida que aumentava o tamanho dos plantéis, desenhando um perfil muito próximo às possibilidades de um modelo de produção camponesa familiar, porém detentora de pequenos plantéis. A grande difusão e dispersão da propriedade da mão-de-obra cativa nesta região e noutras - como demonstrou Schwartz - explica a presença desta força de trabalho em camadas sociais de modestos recursos que cultivavam algodão, mandioca e criavam gado. Por outro lado, este autor também demonstrou que o grau de concentração desta propriedade tendia a crescer à medida que as paróquias se especializavam na produção de açúcar, resultado também comprovado por Costa e Luna para 10 municípios paulistas no início do século dezanove. A nossa pesquisa demonstrou que o número médio de escravo por inventário crescia à medida que esta mão-de-obra estava associada às mercadorias mais valorizadas voltadas para o comércio de longa distância. Portanto, os resultados colhidos por Schwartz, Costa e Luna, Slenes e os nossos próprios vão em direção ao modelo desenvolvido por Wright, no qual a presença de maiores plantéis aparece associada a cultivos voltados para os mercados mais distantes. Concordamos com os Martins quando eles enfatizam o papel da mão-de-obra escrava em cultivos voltados para os mercados locais, resultado este que é confirmado em outros estudos. Discordamos, porém, do modelo rígido por eles elaborado, no qual milhares de cativos teriam sido comprados por setores de menor produtividade e rentabilidade sem a participação significativa dos setores mais dinâmicos e de maior rentabilidade cujos efeitos multiplicadores teriam promovido a estruturação de setores produtivos voltados para os mercados locais e regionais. Os nossos dados mostram um grande grau de difusão e dispersão da mão-de-obra cativa e também uma relativa concentração no setor canavieiro; mostram também que apesar da participação significativa dos donos de pequenos e médios plantéis e de não-plantadores de cana na compra de cativos, a participação mais significativa ainda foi dos donos de grandes plantéis e de plantadores de cana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. 4ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- _____. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro: 1850-1888. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 71-83, jan./abr. 1983.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos. *Ao sul da história*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.), *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- COSTA, Dora Isabel Paiva. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977.
- COSTA, Iraci del Nero da & LUNA, Francisco V. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.
- COSTA, Iraci del Nero da, SLENES, Robert & SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago. 1987.
- COSTA, Iraci del Nero da & NOZOE, Nelson. Elementos da estrutura de posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 2, p. 319-345, maio/ago. 1989.
- DEAN, Warren. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 51, n. 4, p. 606-625, nov. 1971.
- DOMAR, Evsey. The causes of slavery of serfdom: a hypothesis. *Journal of Economic History*, mar. 1970.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudanças*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Irene R. da Silva. A capitania real da Paraíba: bases históricas de sua formação. *Textos UFPb/NDIHR*, n. 25, abril de 1991.
- GALIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.
- GALLOWAY, J. H. The last years of slavery in sugar plantations of northeastern Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 51, n. 4, p.589, nov. 1971.

- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio/ago. 1987.
- _____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988.
- IRWIN, James R. Escravidão e trabalho em sistema de plantation: notas sobre Minas Gerais e Piedmont virginiano em meados do século XIX. *Revista do Departamento de História*, UFMG, n. 6, jul. 1988.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Brasília: Theasaurus, 1978.
- LIBBY, Douglas Cole. Proto-industrialization in a slave society: the case of Minas Gerais. *Journal of Latin American Studies*, v. 23, n. 1, p. 1-35, feb. 1991.
- _____. & PAIVA, Clotilde A. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. *Latin American Population History Bulletin*, n. 23, p. 2-15, 1983.
- LUNA, Francisco V. Estrutura de posse de escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- _____. & CANO, Wilson. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH, UNICAMP*, n. 8, out. 1983.
- MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.
- _____. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. CEDEPLAR, UFMG, maio de 1994.
- MARTINS, Roberto B. & MARTINS FILHO, Amilcar. Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 537-568, aug. 1983.
- _____. Slavery in a nonexport economy: a reply. *Hispanic American Historical Review*, v. 64, n. 1, p. 135-146, feb. 1984.
- NIEBOER, H. J. *Slavery as an industrial system: ethnological researches*. Haia, 1900.
- PAIVA, Clotilde A. & KLEIN, Herbert. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. *Estudos Econômicos*, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 1992.
- PHILLIPS, Ulrich B. *Life and labor in old south*. Boston, 1929.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *A lavoura caçara*. Rio de Janeiro, 1958.
- _____. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*. Rio de Janeiro, 1976.

- SCHWARTZ, Stuart B. Padrão de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.
- _____. *Segredos internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SLENES, Robert A. W. *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*. Tese de doutorado, Stanford University, 1976.
- _____. Comments on slavery in a nonexport economy. *Hispanic American Historical Review*, v. 63, n. 3, p. 569-581, aug. 1983.
- _____. A escravidão numa economia ligada à exportação. (Perspectivas alternativas sobre Minas no século XIX). *Cadernos IFCH, UNICAMP*, n. 17, jun. 1985a.
- _____. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH, UNICAMP*, n. 17, jun. 1985b.
- TAVARES, João de Lyra. *Apostamentos para a história territorial da Parahyba*. Mossoró: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982, Coleção Mossoroense, v. CCXLV, p. 771.
- TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Salvador: Liv. Progresso, 1956.
- TOPLIN, Robert. *The abolition of slavery Brazil*. New York, 1972.
- WAKEFIELD, E. G. *A view of the art of colonization*. New York, 1979.
- WRIGHT, Gavin. *The political economy of the cotton south*. New York, 1978.

APÊNDICE
I - ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVOS.

Tabela indicativa da coleta e da distribuição de freqüência das escrituras de compra e venda de escravos, por ano e meses

ANOS	Q	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1860	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1861	5	-	-	-	-	1	-	1	1	3	-	-	-
1865	10	-	-	-	-	-	-	1	3	2	1	-	4
1866	28	3	3	2	4	1	3	-	5	4	2	-	1
1867	22	2	1	4	1	3	1	1	1	1	2	2	3
1868	22	-	1	5	3	2	1	1	2	-	3	4	1
1869	13	-	1	-	3	-	1	-	-	1	2	1	1
S.T.	101	6	6	11	11	7	6	4	12	11	10	7	10
1870	15	-	1	1	2	2	-	-	1	2	3	2	1
1871	14	2	3	4	1	-	-	-	-	1	-	-	3
1872	18	2	5	4	1	-	2	1	1	-	1	1	-
1873	15	-	1	2	-	1	1	3	3	1	1	3	-
1874	17	1	4	3	1	5	1	-	-	-	-	-	-
1876	6	-	-	1	2	-	-	-	-	2	-	-	1
1879	7	1	-	1	1	-	1	-	1	1	-	2	-
S.T.:	92	6	14	16	8	8	5	4	6	7	5	8	5
1880	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
1881	7	-	1	-	-	1	-	-	1	-	2	1	1
1882	2	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1883	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1884	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1887	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.T.:	13	-	2	2	-	1	1	-	2	1	2	1	1
T.:	206	12	22	29	19	14	12	7	20	19	17	16	16

Notas: Os meses janeiro, fevereiro, março etc. correspondem aos números: 1, 2, 3 etc.

Hífen significa que não existiu dado para aquele mês específico.

T. significa total;

S.T. significa subtotal.

Metodologia: As séries anuais das escrituras de compra e venda de escravos levantadas foram as seguintes: 1860/61, 1865/67, 1867/77, 1876/79, 1879/84, e 1884/90. O critério estabelecido para esta coleta de dados foi o levantamento aleatório das folhas ímpares dos Livros de Notas do cartório de segundo ofício, da comarca de Bananeiras, Paraíba.

II - INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*.

A coleção de inventários *post-mortem* foi totalmente levantada. Não trabalhamos, pois, com amostras, e sim com toda a documentação existente nos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios, da comarca de Bananeiras, Paraíba. Para este artigo, trabalhamos com 447 inventários correspondentes aos anos 1830-1888.

Este trabalho constitui-se em síntese de alguns aspectos da dissertação de mestrado da autora intitulada: *Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*. Campinas: Unicamp, 1992, 279 p.

(Recebido em maio de 1995. Aceito para publicação em maio de 1996)